

ATA NÚMERO 82/XIII (2.ª)

A 7 de junho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da Federação Portuguesa de Futebol.
2. Audição do Sindicato dos Jornalistas
3. Audição da Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol (APAF)
4. Audiência do Comité Olímpico de Portugal:
5. Outros assuntos.

1. Audição da Federação Portuguesa de Futebol

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas aos representantes da Federação Portuguesa de Futebol, Hermínio Loureiro, Vice-Presidente, Paulo Lourenço, Secretário-Geral, e João Leal, Diretor da Divisão de Registos e Transferências, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, explicitando que as audições constantes da ordem de trabalhos tiveram na sua origem requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PS e do CDS-PP, dando, para esse efeito, a palavra ao Senhor Deputado António Cardoso (PS) para fazer uma intervenção inicial, que pode ser consultada [aqui](#).

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) que explicitou as razões que levaram o seu Grupo Parlamentar a apresentar os requerimentos em causa, afirmando que, antes de mais, cabe a todos os agentes, políticos e desportivos, adotar as medidas adequadas para reduzir ou, mesmo, eliminar o fenómeno da violência desportiva. Questionou também a FPF sobre a eficácia dos regulamentos e leis existentes e a eventual necessidade de serem introduzidas algumas alterações tendo em vista o seu aperfeiçoamento, a capacidade das associações em cumprir ou fazer cumprir a legislação existente e a possibilidade de estender às competições distritais o nível de respeito pelos princípios já estabilizados nas competições nacionais. Por fim, reportou-se à necessária articulação com as forças de segurança, à eficácia das alterações introduzidas nos últimos anos, às alterações ao regime dos coordenadores de segurança, ao acesso aos estádios e à possibilidade de facultar aos clubes a opção por bancadas sem lugares sentados.

Usaram depois da palavra os Senhores Deputados Emídio Guerreiro (PSD), Luís Monteiro (BE) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram questões sobre o grau de eficácia da lei existente; o policiamento que é feito; a interdição de adeptos aos estádios de futebol; a legalização das claque e o seu enquadramento jurídico; a necessidade de fazer campanhas pedagógicas junto das crianças e jovens; e o afastamento da prática desportiva das escolas.

O Senhor Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Futebol respondeu às questões colocadas, destacando-se na sua intervenção os seguintes pontos:

- Acréscimo do número de praticantes desportivos, sobretudo do sexo feminino, o que é bem demonstrativo do próprio envolvimento das associações regionais e distritais e das autarquias locais em ações conducentes à criação de hábitos de prática desportiva;
- A postura de tolerância zero da FPF face ao fenómeno da violência desportiva e os ajustamentos regulamentares que tem feito para que de uma forma preventiva se possam resolver estes problemas;
- A forte aposta que está a ser feita na formação de dirigentes;
- A avaliação de riscos que é feita pela FPF tendo em conta a perigosidade de cada jogo;
- A necessidade de sensibilizar os pais para que seja possível construir um clima harmonioso e para que cada jogo de futebol seja uma festa e não uma guerra, responsabilizando igualmente a interferência destes junto dos treinadores e das equipas de arbitragem;
- Por fim, sublinhou ser imperioso impedir a entrada de adeptos com comportamentos irresponsáveis e indecorosos nos estádios para assistir a espetáculos desportivos, na medida em que a legislação existente sobre esta matéria não está a ser cumprida.

A [audiência](#) foi gravada, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

2. Audição do Sindicato dos Jornalistas

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas aos representantes do Sindicato dos Jornalistas, João Girão, Luís Filipe Simões e João Miguel Rodrigues, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado João Torres (PS), que começou por explicitar as razões que levaram o seu Grupo Parlamentar a requerer um conjunto de audições sobre os recorrentes episódios de violência registados nos espaços desportivos. Nesse sentido, perguntou em que medida é que o Sindicato dos Jornalistas tem acompanhado estes fenómenos e que alterações legislativas devem ser feitas para de alguma forma mitigar este tipo de situações e melhor proteger os jornalistas no exercício da sua atividade. Por último, referiu a possibilidade de uma agressão a um jornalista ser tipificada como crime público.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) falou das condições de segurança respeitantes ao exercício da atividade de jornalista e das agressões a que tem sido sujeita esta classe profissional, dentro e fora dos estádios. Perguntou também até que ponto é que a análise jornalística desportiva foi substituída por uma análise desportiva de opinião e em que medida é que isso pode contribuir para o aumento das crispções e para a escalada de violência.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Emídio Guerreiro (PSD) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram questões sobre a forma como têm sido promovidos os eventos desportivos, as várias formas de violência, de pressões e coações registadas e a divulgação exaustiva desse tipo de fenómenos pela comunicação social.

João Girão respondeu no fim às questões colocadas, sublinhando, desde logo, a violência recorrente da retórica utilizada, transformando o espetáculo de futebol numa verdadeira guerra. Registou também que o público confunde os jornalistas com os comentadores televisivos presentes em vários órgãos de comunicação social, o que também tem contribuído para o aumento da violência sobre os jornalistas (só nos últimos 3 meses, por exemplo, foram agredidos à porta dos estádios 5 jornalistas). A política editorial não deve passar por alimentar estes programas televisivos que são tão só um incitamento à violência. Todas essas razões levaram o Sindicato a pedir uma reunião com as forças de segurança e com a própria Liga, tendo-se já registado alguns encontros muito proveitosos. Terminou referindo que o Sindicato tem muitas dúvidas quanto à possibilidade de tipificar uma ofensa à integridade física de um jornalista como crime público, apesar de defender que as penas devem ser agravadas no âmbito desse tipo de crimes.

A **audiência** foi gravada, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

3. Audição da Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol (APAF)

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas ao Presidente da Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol, Luciano Gonçalves, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado António Cardoso (PS), cuja intervenção pode ser consultada na [página da Comissão](#).

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) colocou questões sobre a segurança existente nas competições nacionais e distritais e a eficácia dos regulamentos e leis existentes para garantir a segurança das equipas de arbitragem. Abordou de igual forma a necessária articulação entre as forças de segurança e as equipas de arbitragem e a recente introdução e eficácia das novas tecnologias.

De seguida, colocaram diversas questões os Senhores Deputados Álvaro Baptista (PSD) e Diana Ferreira (PCP), que falaram sobre as condições de acesso e interdição aos estádios, a formação das equipas de arbitragem, a forma como os programas de desporto estão a ser trabalhados e que têm dado uma forte contribuição para os fenómenos de violência registados; e a necessidade de intervir junto dos pais para que estes possam também ser um agente de formação das crianças e dos jovens no combate à violência.

O Senhor Presidente da APAF respondeu no final às questões colocadas, tendo dito que na última época desportiva houve um aumento significativo da violência contra os árbitros de futebol, mas que esse fenómeno também se regista em outras modalidades desportivas; que Portugal devia consagrar um regime idêntico ao inglês, que estipula que os espetadores proibidos de entrar num estádio de futebol têm de se apresentar obrigatoriamente numa esquadra da Polícia e aí permanecer até terminar o jogo; que o principal objetivo dos pseudo-programas desportivos tem sido o de descredibilizar a arbitragem; que as inovações tecnológicas introduzidas vão contribuir para um melhor desempenho dos árbitros; que é necessário apostar na formação de árbitros e dos próprios pais, na medida em que estes exercem uma pressão enorme sobre os treinadores e dirigentes.

A **audiência** foi gravada, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

4. Audiência do Comité Olímpico de Portugal

Dando início à audiência, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas ao Presidente do Comité Olímpico de Portugal, José Manuel Constantino, e a João Paulo Almeida, Diretor-Geral, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente, que apresentou o [Documento de orientação - Violência, Segurança e Prevenção de Risco no Desporto](#), já entregue à 12.^a Comissão, que espelha bem as preocupações deste órgão no âmbito da problemática da violência no desporto.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Emídio Guerreiro (PSD), João Castro (PS), Luís Monteiro (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que agradeceram a entrega do contributo do COP à Comissão,

A **audiência** foi gravada, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

5. Outros assuntos

Por último, a Senhora Presidente informou que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 14 de junho, às 10 horas.

Palácio de São Bento, 7 de junho de 2017

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Ivan Gonçalves
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
Joel Sá
Jorge Campos
Luís Monteiro
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Álvaro Batista
Carlos Silva
Emídio Guerreiro
Margarida Mano
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
João Torres
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas